



# O BRASIL PRECISA DO SUS

## **Manifesto da Frente pela vida em Defesa do SUS em Campinas e Região**

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia mundial de Coronavírus, a maior crise sanitária das últimas décadas, talvez do século. No Brasil já são mais de 8 milhões e 500 mil casos e 210 mil mortes, a segunda pior situação do mundo, só perdendo para os EUA.

Não bastasse essa situação, tivemos que enfrentar inúmeros desafios no campo político e econômico, provocados pela incúria dos nossos governantes, seja no campo federal, estadual, do município de Campinas e de muitas cidades em nossa região. Essa crise, com sua tríplice face – a sanitária, a econômica e a política – tornou o ano que passou um dos mais desafiantes para a população trabalhadora do Brasil e para as forças populares que lutam por um país mais justo e menos desigual.

Contudo o ano de 2021 vai se iniciando nos mostrando que o cenário pode ser ainda pior: a média móvel de casos diários e de óbitos, no Brasil, em Campinas e na região, voltou a aumentar. Culpa-se a população por não ter mantido o isolamento social nos últimos meses e, particularmente nas festas de final de ano, porém os próprios governantes estimularam as aglomerações dos pobres e desempregados, senão em festas, mas nas ruas, shoppings e nos ônibus lotados, não lhes garantindo as condições adequadas de isolamento e “abrindo” o comércio por pressão de empresários e dos comerciantes e alguns até sofrendo risco de falência por falta de apoio governamental.

Os governos autoritários tentam calar, às vezes até à bala, a voz dos que protestam contra a destruição de políticas públicas construídas com muita luta ao longo das últimas décadas, as mesmas que estão em processo de destruição desde o golpe de 2016. Dentre estas, a política pública de

saúde representada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das que mais sofre.

As tentativas de destruí-la são perpetradas pelo governo federal, pelo estadual, em Campinas e em muitas cidades da região. A péssima condução da pandemia por estes sujeitos políticos é exemplo disso.

Às impressionantes cifras alcançadas pelo Brasil, seguem-se as de São Paulo que já conta com mais de um 1 milhão e 600 mil casos e mais de 50 mil óbitos e Campinas com cerca de 55 mil pessoas contaminadas e mais de 1500 mortos.

Os casos e óbitos, como de resto em todo o Brasil, atingiram principalmente as populações mais pobres, particularmente os negros; as mulheres, por sua vez, embora tenham morrido menos que os homens, foram mais atingidas.

Ou seja, a crise sanitária aqui foi mal conduzida, o que tem reflexos e se repete na região. Dentre as principais falhas podemos citar:

- A atenção primária não foi priorizada para o atendimento à pandemia, os Centros de Saúde (UBS) poderiam fazer muito mais se houvesse diretrizes claras, reposição de pessoal e investimentos para isso;
- Pouca atenção dada às condições de trabalho nos serviços, com jornadas exaustivas, sobrecarga de trabalho, baixa testagem, não afastamento ou dificuldades para a liberação de profissionais de grupos considerados de maior risco. Estas condições, além dos danos físicos com alto índice de contaminação e óbitos, afetaram sobremaneira a saúde mental dos profissionais de saúde, conforme relatos e estudos publicados.
- Não foram realizados testes em número suficiente para a população em geral;

- Não houve uma política definida para contribuir com o isolamento social das populações mais vulneráveis (aluguel de espaços, uso e de escolas ou outros equipamentos sociais, apoio real para as famílias efetivarem o isolamento);

- Para os idosos em instituições de longa permanência faltaram ações concretas;

- Nunca foi feito o isolamento social na intensidade recomendada e foi até flexibilizado, pressionado pelo comércio e por empresários antes dos momentos adequados e

- Não se utilizou de comunicação massiva junto à população em geral e especialmente nas periferias, com orientações específicas para as diversas realidades.

Estamos com números altos de mortes, de casos e não protegemos a economia. Apesar do discurso frequente do presidente de que não deveríamos ser rigorosos em relação ao isolamento, pois assim a economia iria à falência e as pessoas morreriam de fome, não salvamos a economia e nem salvamos as pessoas. O desemprego alcançou cifras recordes no Brasil, em Campinas e na região. Em Campinas, chegou a taxa de 13,9%, uma das mais altas da década, que era de 11,46% em 2019.

### **As lutas, resistência e os desafios do momento.**

A situação só não é pior porque o Movimento Popular de Saúde, trabalhadores (as) e usuários (as) do Conselho Municipal de Saúde, o movimento Frente pela Vida, outros movimentos sociais e lideranças locais se mantiveram vigilantes e ativos e resistiram ao processo de destruição em curso. Algumas poucas vitórias foram consequência desses movimentos:

- Extensão do pagamento da insalubridade para todos os trabalhadores em linha direta com a pandemia;

- Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para trabalhadores (as) da saúde em número adequado;

- Adiamento da abertura das escolas;

- Suspensão das desocupações durante a pandemia, entre outros.

Nos últimos meses os governos federal, estadual e municipal resolveram apostar na

promessa de vacinação como a panaceia para a derrota do Coronavírus, deixando de estimular o isolamento social e as medidas de higienização, medidas de prevenção tão essenciais quanto à vacina.

Em torno dela o governo federal, do genocida Bolsonaro e o governo Estadual, do privatista espetaculoso Dória iniciou uma guerra; o primeiro negando o valor das vacinas, tentando substituí-las por um pretensioso tratamento precoce, comprovadamente ineficaz, para isso pressionando, criminosamente, médicos e profissionais de saúde para aplicá-lo em Manaus, símbolo maior do atoleiro em que estamos metidos.

Junto com o negacionismo das vacinas, em flagrante disputa eleitoral com o governador de São Paulo, o anti-presidente dobra sua aposta na campanha contra a Coronavac, vacina desenvolvida pelo centenário Instituto Butantã em parceria com a China.

Pressionado pelo anúncio do governo paulista que iniciaria a campanha vacinal em 25 de janeiro, anunciou a vacinação nacional para 20 de janeiro sem ter ainda nenhuma vacina disponível. Mentiu descaradamente que iria buscá-la na Índia, no que foi prontamente desmentido pelo governo indiano.

Finalmente a vacinação começou, depois de muitos tropeços, como a ameaça do governo federal confiscar a Coronavac estocada em São Paulo. Ainda assim o número de vacinas no país, até o dia 21 de janeiro, era suficiente para apenas 4,4% da população alvo nesta etapa.

De seu lado, colonizada por militares, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou com restrições, a Coronavac/Butantan e a Aztrazeneca/Oxford/Fiocruz para uso emergencial no país praticamente nas vésperas das datas previstas do início da vacinação, enquanto mais de 50 países já estão vacinando.

Do lado das hostes do governo Dória do PSDB acontecem vários movimentos espetaculosos, cujo principal objetivo é “nacionalizar” seu nome, tendo em vista a eleição de 2022. Anunciou estrondosamente parte dos dados, escolhidos entre os

melhores, com claro efeito publicitário, posterior mudança e “piora” dos mesmos, o que trouxe como consequência frustração a respeito de uma vacina que, se atingida altas coberturas vacinais, irá salvar milhares de vidas e poupar o sofrimento de milhões de pessoas. Simultaneamente ao espetáculo da vacinação paulista, o governo de São Paulo impõe cortes orçamentários a serviços de saúde como as AMEs, filantrópicos como as Santas Casas e outras unidades hospitalares, resultando em fechamento de leitos e de serviços. Na nossa região, o corte de verbas no Hospital Estadual de Sumaré afeta a Pediatria (fechamento de internações em enfermaria e extinção de atendimentos de urgência e emergência, com consequências negativas às internações em unidade de terapia intensiva), Oftalmologia, Ortopedia, Cirurgia Pediátrica e Urologia, trazendo danos irreversíveis para a população. Houve ainda redução do já insuficiente recurso para órgãos de pesquisa e universidades paulistas, sem esquecer a defesa da privatização do próprio Instituto Butantã, propagandeada em Davos, em 2019, que desnuda a verdadeira face da política tucana de desmonte e precarização das políticas sociais no estado.

Assim, além dos desafios sanitários, temos também outros tão ou mais urgentes, que colocam não a médio ou longo prazo, mas desde já em risco as nossas vidas:

- O crônico desfinanciamento do SUS e de outras políticas públicas com queda proporcional ano a ano dos investimentos em saúde desde 2016, quando entrou em vigência a Emenda Constitucional nº 95 – a emenda da morte; em 2021, se não houver uma reversão, o orçamento da Saúde será 43 bilhões de reais a menos que o de 2020.
- As várias propostas de emendas constitucionais guardadas nos escaninhos do congresso brasileiro, para acabar com a universalidade (saúde como direito de todos e dever do estado) e com o piso dos entes federados destinados à saúde.
- A mudança na forma de financiamento da Atenção Primária feita pelo Ministério da Saúde ainda na gestão Mandetta, reduzindo os seus valores pela extinção dos recursos fixos baseados na população, reduzindo sua capacidade de atenção universal.

- As várias propostas de privatização do SUS, seja por entrega da gestão a Organizações Sociais, seja através de parcerias públicas privadas ou através das terceirizações. Se antes estas propostas eram restritas a serviços de maior complexidade, o atual governo ultraliberal, avança para estendê-la à atenção primária, até então protegida da sanha do mercado.

No âmbito local e regional, apontamos os seguintes desafios:

- A baixa cobertura de atenção primária e da atenção especializada e centros de referência para idosos, deficientes, IST/AIDS, entre outros, com equipes incompletas em toda a região, com honrosas exceções.
- Os vazios assistenciais – precisamos de novas unidades de saúde em locais de maior concentração de pessoas e ou de áreas territoriais muito grandes.
- A baixa cobertura em saúde bucal, em Campinas inferior a 30%. A maioria da população campineira se trata em consultórios particulares ou não se trata, restando o atendimento apenas em casos de urgência ou quando a situação já está precária. Essa situação se repete em vários municípios da região.
- Como consequência dos anteriores, temos uma grande repressão de demanda: o número de consultas realizadas na cidade está muito abaixo do recomendado. Piorou muito com a pandemia e é um problema que vai nos acompanhar durante muito tempo.
- Falta de humanização dos serviços: humanização não só como sinônimo de tratar bem o usuário, mas a realização de ações voltadas para o território e para a comunidade, capazes de aumentar o vínculo e a confiança no serviço. A priorização de populações de maior risco e vulnerabilidade, a inclusão do usuário na definição de seu tratamento, a garantia de informações acessíveis e de fluxos não burocratizados para facilitar o acesso. É falta de humanização, por exemplo, unidades marcando consulta uma vez por mês ou a redução de horários de funcionamento das unidades, como ocorreu ao longo desses anos.
- A terceirização da saúde, que estimulada pelos governos federal e estadual, é imediatamente abraçada pelos municipais,

que terceirizam não só as atividades meio, mas também as assistenciais. Hoje quase 40% do orçamento da saúde em Campinas é dirigido à contratação de empresas assistenciais para a área hospitalar e ambulatorial. A Rede Mário Gatti tem se mostrado instrumento para isso, de tal modo que hoje o Hospital Ouro Verde está fragmentado em 19 empresas diferentes.

- Pouco se discute e são raras as políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis, como a população negra, LGBTQIA+, em sofrimento mental, idosos, pessoas com deficiência e vítimas de violência particularmente contra a mulher.
- O desabastecimento crônico de medicamentos ao longo dos últimos anos.
- A falta de manutenção predial e de equipamentos, contribuindo para uma assistência à saúde de pior qualidade.
- Ausência de democracia institucional, caracterizada pela falta de diálogo e assédio com trabalhadores (as).
- Pouca valorização e respeito pelo controle social nos municípios; trabalhadores e

usuários raramente são convidados a participar das decisões e planejamentos municipais. Poucos municípios garantem a infraestrutura e assessorias para o funcionamento adequado dos Conselhos municipais. A Diretoria Regional de Saúde, por sua vez, conduz a gestão regional apenas com os Secretários de Saúde, sem nenhuma participação de trabalhadores e usuários.

- A insistência do governo estadual no retorno às aulas presenciais sem que haja a vacinação massiva da população e, especialmente, para os profissionais da educação.

Os desafios são muitos. Não devemos e não podemos nos calar, reafirmando nossa defesa da democracia, das políticas públicas, do SUS, enfim, da vida! Temos que buscar formas de agregar e articular lutas e estratégias que nos permitam priorizar os principais movimentos para que possamos superar, da melhor maneira, a pandemia sanitária e a pandemia de estupidez e selvageria que nos acomete desde o golpe de 2016.

**Vamos à Luta!!**

**A vida acima do lucro!**

**Em defesa da Vida!!**

**Vida Longa ao SUS!!**

**Por um SUS sempre Universal, Integral e Equânime!!**

**Por uma Frente pela Vida em Defesa do SUS de Campinas e Região forte, coesa e ampliada!!!**

**Vacina para todos, todas e todes já!!**

**Fora Bolsonaro!!**

Campinas, 21 de janeiro de 2021.